

# Boletim

## Programa Terra de Direitos de Bolsas para Advogadas(os) Populares quilombolas e indígenas

Este boletim relata o desenvolvimento das ações do Programa de Formação e Apoio dirigido à preparação de advogadas/os quilombolas e indígenas realizado pela Terra de Direitos. O objetivo do Programa é fortalecer a assessoria jurídica popular no Brasil por meio da formação, treinamento e apoio material para que jovens advogados quilombolas, de comunidades tradicionais, indígenas e camponesas possam atuar juridicamente em suas organizações e movimentos.

A 2ª turma, iniciada no segundo semestre de 2021, conta com advogadas/os de diversas regiões do país e foi composta em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita) e Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui).

*Neste material você conhece um pouco sobre as e os bolsistas participantes desta 2ª turma, os objetivos do Programa, as ações realizadas neste ano e um aceno do que será realizado em 2022. Uma ótima leitura!*



Terra de  
Direitos



# Conheça um pouco sobre a 2ª turma do Programa de Formação

Nesta edição, o Programa conta com 11 participantes, com atuação em diversos estados do Paraná. São nove quilombolas e dois indígenas. Conheça a turma:



**Almir Gonçalves Fernandes** - quilombola da Comunidade São José da Serra, em Valença (RJ). Integra a Conaq e a Comissão de Direitos Humanos (OAB-VR). Mestrando em ciências ambientais e vice-presidente do Quilombo São José da Serra onde atua desde a adolescência.



**Célia da Silva Leonardo Garcia** - quilombola da comunidade Restinga, na Lapa (PR). Integrante da Rede Mulheres Negras do Paraná, da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas e do Movimento de Mulheres Quilombolas (PR). Mestranda em Mestranda em Gestão Ambiental.



**Cláudio Márcio do Nascimento** - quilombola da comunidade Itancoã Miri, município de Acará (PA). Integrante da Malungu e Rede Nacional de Advogadas e Advogados Quilombolas. Mestrando em Direitos Humanos.



**Daniele Gama Tavares** - Indígena da etnia Tupaiú, da Aldeia Aminã, em Santarém (PR). Integra o CITA. Com foco de atuação na luta pelos direitos territoriais das aldeias indígenas e comunidades tradicionais da RESEX.



**Edivan Lopes dos Reis** - Indígena Arapium de Aldeia São Sebastião - TI Encantados, em Santarém (PR). Integrante do Cita e Grupo Consciência Indígena. Bacharel em pedagogia e atuação em questões vinculadas à educação e saúde indígenas, territórios e fortalecimento das aldeias



**Flávia Silva dos Santos** - quilombola da comunidade Rio Genipaúba, em Abaetetuba (PA). Coordenadora de Diversidade e Gênero da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA e integrante da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba, entre outros espaços. Mestranda em Direito.



**Isabela Patrícia Camargo Soares da Cruz** - quilombola da Comunidade Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu (PR). Graduada em história, mestranda em Sustentabilidade junto a povos e comunidades tradicionais e mãe do Isaac.



**Jéferson da Silva Pereira** - quilombola da comunidade de Águas do Velho Chico, em Orocó (PE). Integrante da Conaq, mestrando e pesquisador do Observatório de Protocolos Comunitários. Membro fundador da Rede Nacional dos/as advogados/as Quilombolas do Brasil (RENAAQ).



**Jordana Rodrigues** - quilombola da comunidade Ana Laura, Piracanjuba (GO).



**Kathleen Cristina Tie Scalassara** - quilombola da comunidade Pedro Cubas de Cima, em Eldorado (SP). Integrante da Conaq, mestranda em Direito Negocial e com atuação para regularização fundiária do território de origem.



**Naryanne Cristina Ramos Souza** - quilombola da Comunidade Porto Calvário, em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Integra a Conaq, o Coletivo Herdeiras do Quaritere, o Fórum de Mulheres Negras de MT e a Comissão de Defesa da Igualdade Racial (OAB-MT). Mestranda em Estudo da Cultura Contemporânea

# Ações realizadas em 2022

## Formação

A frente de formação do Programa consiste num curso de formação política, teórica e de prática jurídica. As aulas online ocorrem semanalmente e têm como objetivo preparar as/os bolsistas para a assessoria jurídica popular. Nesse sentido, os temas e assessorias são pensados a partir das demandas da turma e dos desafios que se colocam a partir do acompanhamento dos casos.

A primeira etapa do curso se iniciou no dia 21 de setembro com uma análise de conjuntura feita por lideranças dos movimentos populares parceiros do Programa.

Foram realizadas 9 aulas com os temas:

- Sistema de Justiça - assessoria de Allyne Andrade (Fundo Direitos Humanos Brasil/movimento negro)
- Racismo Sistema de Justiça - assessoria de Lorraine Carvalho Silva (Plataforma Dhesca)
- Conflitos territoriais e socioambientais, nas perspectivas quilombola e indígena - assessoria de Ivo Macuxi (Conselho Indígena Roraima), Arilson Ventura (Conaq) e Mônica Borges (Conaq)
- Assessoria jurídica popular - assessoria de Luciana Pivato e Pedro Sérgio Martins (Terra de Direitos)
- Convenção 169 da OIT e protocolos de consulta - assessoria de Auricelia Arapium (Cita) e Vercilene Dias (Terra de Direitos/Conaq)
- Controle de constitucionalidade - assessoria de Camila Gomes (Renap).

\*Além disso, para ampliar o acesso ao debate, realizamos uma aula aberta sobre a História da luta e resistência negra no Brasil, com o mestre Antônio Bispo. O debate foi [transmitido pelas redes sociais](#).

## Assessoria jurídica

Ao longo dos meses, além da formação, as e os participantes do Programa desenvolveram ações de assessoria jurídica às comunidades e movimentos. Selecionamos algumas destas atuações.

No estado do Mato Grosso, assessores jurídicos populares quilombolas vêm atendendo a quilombolas atingidos pela pulverização de agrotóxico, ameaçados de morte em decorrência de disputas territoriais com fazendeiros.

Em Goiás, há atuação para cessar conflitos no território Kalunga e violações de direitos, como o caso do professor Kalunga agredido pela Polícia Militar.

No Nordeste do país, foram acompanhados casos como o de crime de tortura contra quilombola no Rio Grande do Norte, criminalização e perseguição a quilombolas no Sergipe. Os processos de desertificação



e diminuição de território das comunidades quilombolas de do Cumbe (CE) e Conceição de Salinas (BA) também foram acompanhados pelas(os) assessoras(es) jurídicas populares.

No estado do Paraná e São Paulo, as assessoras jurídicas populares bolsistas atuaram em pautas prioritárias das comunidades de Paiol de Telha (PR), Restinga (PR) e Pedro Cubas de Cima (SP). Além disso, estiveram ativas na assessoria jurídica e política de pautas da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do Paraná, do Movimento de Mulheres Quilombolas do Paraná e com participações no Conselho Estadual de Saúde e no Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná. As atividades envolveram elaboração de ofícios, denúncias e reuniões envolvendo titulação de territórios, aplicação irregular de agrotóxicos; de acesso à educação quilombola; de desintração de invasores em territórios tradicionais; além de atividades de fortalecimento das associações comunitárias quilombolas.

No Pará, as e os bolsistas indígenas acompanharam demandas ligadas ao território da Resex Tapajós Arapiuns, participando de reuniões no local e elaborando sistematização de Ação Civil Pública relacionada ao Plano de Manejo ilegal dentro da Unidade de Conservação onde mais de 40 comunidades se autodeclararam indígenas. Na pauta quilombola, os casos do Alto Acará envolvendo violência no quilombo foram assessorados, assim como a elaboração de *Amicus Curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 744 no Supremo Tribunal Federal (STF) por parte da Malungu contou com a contribuição de bolsistas. Em demais estados do norte houve também a atuação de advogados quilombolas junto ao CNDH em demandas envolvendo conflitos e violações de direitos.

## Próximas etapas

O processo de formação será retomado após o recesso, seguindo a mesma linha de mesclar temas de formação política e jurídica. Nesta 2ª etapa adicionaremos oficinas práticas, que vão tratar de questões cotidianas da assessoria jurídica popular, como gestão de prazos e formulação de petições.

Com total adesão a protocolos sanitários e em observação ao contexto de pandemia, planejamos a realização de encontros de formação presenciais. Quanto ao trabalho jurídico pretendemos em 2022 seguir com o acompanhamento de casos emblemáticos, investir na formação para gestão e acompanhamento de processos e, ainda, proporcionar a participação das e dos participantes do Programa em redes e espaços, contribuindo para ampliar parcerias, promover articulação e troca de experiências no campo da assessoria jurídica popular. Será um ano de muitas construções.

Realização:



Terra de  
Direitos

Apoio:



FORD  
FOUNDATION



OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS



Brot  
für die Welt

**Realização:** Terra de Direitos

**Apoio no Programa:** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita) e Federação Estadual das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui).

**Coordenação Geral do Programa de formação:**

Luciana Pivato

**Coordenação Pedagógica do Programa:**

Fernanda Cyrineo Pereira (Jatobá)

**Coordenação de Programas Terra de Direitos:**

Naiara Bittencourt, Pedro Martins e Vercilene Dias

**Diagramação:** Sintática Comunicação

**Contribuição:** Lizely Borges

